

Centrão decide hoje se acata proposta de Saulo

Da Sucursal de Brasília

Os principais coordenadores do grupo suprapartidário Centrão reúnem-se hoje para discutir a estratégia de antecipação da votação do regime de governo e mandato do presidente José Sarney. Ontem, na entrada do Palácio do Alvorada, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que existe a possibilidade do grupo não acolher a sugestão do consultor-geral da República, Saulo Ramos. O consultor propôs a votação simultânea das "Disposições Transitórias" à votação das disposições permanentes, de forma a decidir logo o tempo de governo do presidente Sarney.

Segundo Edison Lobão, o grupo deverá optar por votar apenas os dois pontos mais polêmicos: mandato e regime de governo. Decidida estas duas questões, a votação da futura

Carta obedeceria a ordem crescente por títulos e capítulos. Neste final de semana, alguns líderes do Centrão como os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Daso Coimbra (PMDB-RJ) em entrevistas à Folha, aprovaram a fórmula do consultor Saulo Ramos.

O ministro da Administração, Aluizio Alves, que também foi ao Alvorada, defendeu a inversão da pauta de votação do Congresso constituinte. O ministro afirmou que a indecisão sobre estas duas questões está afetando inclusive o relacionamento externo do país.

O deputado federal José Lins (PFL-CE) disse que não há consenso ainda no interior do Centrão para a antecipação da votação do mandato e regime. "Mas não podemos nos furtrar em discutir o assunto porque os demais grupos estão examinando essa proposta", afirmou.



O senador maranhense Edison Lobão (PFL), um dos coordenadores do Centrão

Relatório de Cabral é apenas técnico

RITA TAVARES

Repórter da Sucursal de Brasília

Sem autoridade ou poder, o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, produziu um relatório sem qualquer validade política sobre as 2.023 emendas apresentadas ao projeto da Comissão de Sistematização. Amarrado ao novo regimento interno do Congresso constituinte, Cabral redigiu um parecer técnico. "Isto não serve para nada", era a avaliação do parecer compartilhada pelos líderes do Centrão e do PMDB.

Este esvaziamento das funções do relator não aconteceu por acaso. Desconfiados das "articulações" de Cabral, os coordenadores do Centrão limitaram a atuação da relatoria. Em fases anteriores da Comissão de Sistematização, Cabral podia aproveitar partes de emendas ou mesmo redigir um texto alternativo integral. O Centrão cerceou a ação do relator e o PMDB apoiou a iniciativa.

Deste acordo tácito das duas grandes forças do Congresso constituinte resultaram as queixas de Cabral e sete dias consumidos na preparação de um parecer contestado pelos constituintes. A prova inegável da inutilidade deste relatório veio à luz no dia de entrega do texto. Nas vezes anteriores, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, recebia solenemente o relatório. As lideranças partidárias bombardeavam o texto com críticas ou elogios conforme seus interesses eram atendidos.

Na última quarta-feira, Ulysses estava em viagem ao Sul do país. Não houve solenidade. Ninguém representou o presidente do Congresso constituinte e Cabral entregou o relatório diretamente à gráfica do Senado —responsável pela impressão. Cabral desapareceu dos corredores do Constituinte e os líderes permaneceram quietos. Ulysses recebeu o relatório das mãos de um office-boy.

Mesmo impedido de apresentar um substitutivo integral às 2.023 emendas e ao texto da Comissão de Sistematização, Cabral poderia ter "costurado" um acordo entre os

Plenário começa a votar o Projeto

Da Sucursal de Brasília

As vésperas de completar seu primeiro aniversário, o Congresso constituinte (instalado a 1º de fevereiro de 1987) começa esta semana, finalmente, a votar em plenário o projeto de Constituição —que entre os trabalhos das subcomissões e comissões temáticas, passando pelo relator Bernardo Cabral, pela votação na Comissão de Sistematização e por dois regimentos, levou dez meses para ficar pronto. O início da votação está previsto para a próxima quarta-feira. "Vai ser um Deus nos acuda", prevê o deputado José Genoino (PT-SP), para quem o regimento, antes confuso, foi "complicado" ainda mais pelas modificações obtidas no Centrão. Não há prazo definido para o

lídere partidários e os grupos suprapartidários quando analisasse as emendas, possibilitando um aceleramento das votações em plenário.

Mas, além do estreito prazo de sete dias fixado pelo regimento, Cabral não tem trânsito fácil junto aos grupos conflitantes. Por ter prometido muito para muitos grupos e atendido a poucos durante a preparação dos dois projetos da Comissão de Sistematização, Cabral perdeu a credibilidade para tentar um acordo deste tipo. Mesmo assim, os relatores-adjuntos justificam a atuação de Cabral, dizendo que o parecer "favorável" ou "contrário" era o primeiro passo para um entendimento. É um caso de acordo técnico.

Do grande bloco de emendas analisadas pela relatoria, as mais importantes são as coletivas, que receberam o apoio de pelo menos 280 constituintes. Pelas novas regras do regimento, estas assinaturas garantem que as emendas serão votadas em primeiro lugar no plenário do Congresso constituinte. Cabral não teve qualquer poder de interferência sobre estas propostas. Seu papel foi nulo.

Ao analisar as outras 1.995 emen-

das individuais (de autoria e apoiadas apenas por um constituinte) Cabral poderia ter papel decisivo, ao incluí-las nos blocos daquelas com parecer "favorável" ou "contrário".

Teoricamente, estar no primeiro bloco facilita a aprovação, o que aconteceu em todas as outras fases da Constituinte. Mas, pelo emaranhado do novo regimento, esta regra foi quebrada. Assim, os parlamentares estão forçosamente apresentando "requerimentos de destaque" para emendas agrupadas nos dois tipos de blocos, para assegurar que elas sejam votadas pelo plenário. Este cuidado cresce com a avaliação pormenorizada do parecer: nada garante que o bloco das emendas "favoráveis" seja aprovado com tranquilidade.

O maior empecilho fica com o parecer favorável concedido a emendas contraditórias. Um exemplo são as emendas dos deputados Nilson Gibson (PMDB-PE) e José da Conceição (PMDB-MG) que propõem a criação dos Tribunais Regionais Federais. Uma delas designa as cidades contempladas com os novos tribunais; a outra remete a definição para a legislação ordinária.

O maior empecilho fica com o parecer favorável concedido a emendas contraditórias. Um exemplo são as emendas dos deputados Nilson Gibson (PMDB-PE) e José da Conceição (PMDB-MG) que propõem a criação dos Tribunais Regionais Federais. Uma delas designa as cidades contempladas com os novos tribunais; a outra remete a definição para a legislação ordinária.

O maior empecilho fica com o parecer favorável concedido a emendas contraditórias. Um exemplo são as emendas dos deputados Nilson Gibson (PMDB-PE) e José da Conceição (PMDB-MG) que propõem a criação dos Tribunais Regionais Federais. Uma delas designa as cidades contempladas com os novos tribunais; a outra remete a definição para a legislação ordinária.

"Esquerda" vai apresentar 300 destaques comuns

Da Sucursal de Brasília

As lideranças de três partidos da esquerda do Congresso constituinte (PC do B, PT e PDT), mais o Movimento de Unidade Progressista (MUP) —do PMDB—, concluíram no final da tarde de ontem o exame dos pedidos comuns de destaque, chegando a um total de 300. O grupo, reunido desde sábado no Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), redigiria à noite os pedidos e depois os discutiria com o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP).

O deputado José Genoino (PT-SP) disse que a intenção é economizar ao máximo os pedidos de destaque (cada parlamentar tem direito a seis), evitando repetições em temas sobre os quais estão de acordo. Assim, os pedidos comuns serão distribuídos entre os partidos, que terão também seus próprios destaques.

A esquerda só tem divergências quanto a dois pontos: o sistema de governo (PT e PDT são presidencialistas) e a organização sindical (o PT defende a liberdade de organização e os demais a unicidade sindical). Todos defendem o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, mas ainda não haviam definido qual das várias emendas sobre o tema seria destacada.

Covas

O senador Mário Covas passou o fim-de-semana reunido com o senador Severo Gomes (SP) e os deputados Antônio Britto (RS), Artur da Távola (RJ) e Octávio Elísio (MG) para definir os destaques prioritários da liderança do PMDB. Como a esquerda, a liderança do PMDB analisou item por item o projeto da Constituição, as emendas do Centrão e as demais emendas apresentadas ao projeto. O prazo para apresentação de pedidos de destaques termina hoje à meia-noite.

Campanha das 'Diretas-Já' teve início há quatro anos

Da Redação e das Sucursais

Há quatro anos, exatamente no dia 25 de janeiro de 1984, a praça da Sé, no centro de São Paulo, recebia cerca de 300 mil pessoas para o primeiro grande comício da campanha "Diretas-já". Organizado pelo Comitê Pró-Diretas —que reunia mais de 70 entidades, entre sindicatos, partidos políticos, associações estudantis, religiosas etc.—, o comício foi o início de uma série de outras manifestações nas principais capitais do país.

O número de manifestantes superou as estimativas dos organizadores, que afirmavam, na véspera, que se cem mil pessoas comparecessem à manifestação já seria um sucesso. Durante cerca de quatro horas, artistas, representantes de entidades e políticos se revezaram nos discursos. A única ausência das lideranças da oposição ficou para o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, que não pode comparecer.

Diretas em 88

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello (PMDB), 38, reafirmou o seu apoio à realização de novos comícios por eleições diretas este ano: "É claro que sou favorável. Acho que o povo deve ir às ruas para a conquista das eleições diretas ou corre o risco de ter conspurcado esse seu direito".

Carlos Mauricio Martins Rodri-

guez, 56, presidente da seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), declarou que a posição da entidade é a favor de diretas-88: "Sou a favor de quatro anos por várias razões: primeiro, a transição precisa ser rápida e, tão logo seja votada a nova Constituição, é necessário termos eleições para a Presidência da República; segundo, este foi o compromisso assumido por Tancredo Neves e pelo próprio presidente Sarney. Quando abrimos mão das eleições diretas, fizemos isto para obtermos a pacificação e uma transição rápida; terceiro, em 7 de maio de 1985, durante uma reunião ministerial, Sarney disse que o mandato deveria ser de quatro anos. Esta também é a posição do Conselho Federal da OAB."

Em Belo Horizonte, o Sinttel, Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações de Minas Gerais, manifestou a sua posição a favor do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. José Dias Pereira, 50, da diretoria do sindicato, afirmou que a posição da entidade se deve à inoperância e à falta de confiabilidade no governo Sarney por parte dos trabalhadores.

Brossard descarta eleição-88 sem mandato fixado até março

Da Sucursal de Porto Alegre

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse às 18h de ontem, em Porto Alegre (RS), que "não haverá tempo necessário para que a eleição presidencial ocorra no ano de 88" se a votação do mandato pelo plenário constituinte não acontecer até março. "Aqueles que querem reduzir o

mandato para quatro anos deveriam providenciar a antecipação da definição", afirmou. Sem ela, disse, "não haverá tempo material para eleições em 88, mesmo quando esse fosse o desejo da maioria", disse. Irônico, o ministro acrescentou que o mandato de cinco anos (que defende) "vai acabar passando por decurso de prazo".

Jânio vê com "estranheza" notícias sobre candidatura

Da Reportagem Local

Em entrevista ao programa "A Palavra é Sua", da Rede Globo, o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, negou ontem pela manhã que pretenda disputar as próximas eleições presidenciais. "Vejo com muita estranheza alguns jornais divulgarem pretensões minhas à Presidência da República", disse o prefeito, que pretende "colocar o chapéu e ir embora no último dia de mandato".

O prefeito considera que o presidente José Sarney "está imbuído das melhores intenções, mas não reagiu à altura às extorsões político partidárias que vem sofrendo". Fez elogios a Orestes Quercia, qualificando o governador do Estado como "exemplo da nova geração peemedebista". Afirmou que setores do PMDB querem adiar as eleições para Prefeituras por mais um ano "porque o partido está desgastado e não se atreverá a lançar candidato".